

**CADERNO ESCOLAR: o ensino de aritmética na formação de uma normalista de Santo Amaro no ano de 1961**

**Wesley Ferreira Nery<sup>1</sup>  
Eliene Barbosa Lima<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Este artigo investigou o ensino de aritmética por meio do caderno da normalista Solange Maria dos Santos, da Escola Normal Teodoro Sampaio, localizada na cidade de Santo Amaro, no recôncavo baiano, no ano de 1961. Para tal, fizemos uso, prioritariamente, das perspectivas de análise de cadernos escolares apontadas por Viñao (2008), além de termos nos apoiado nas categorizações de *saberes a ensinar* e *saberes para ensinar*, apropriadas, recentemente, por Valente (2016). Desse modo, conseguimos trazer alguns elementos que, na nossa concepção, refletem a tensão entre os saberes matemáticos *a ensinar*, notadamente em relação à aritmética, que eram lecionados pelo professor em sala de aula durante a formação dos normalistas e aqueles saberes matemáticos que os professorandos deveriam dominar para exercer a sua profissão nos primeiros anos escolares. Tal fato, permitiu-nos vislumbrar indícios de que um mecanismo importante para analisar a prática docente em sala de aula, em particular, sobre a escolha dos saberes matemáticos e suas formas de abordagens, seja o pesquisador voltar o seu olhar para o percurso de formação desse professor.

**Palavras-chave:** Ensino de aritmética. Caderno escolar. Escola Normal de Santo Amaro. Bahia.

**INTRODUÇÃO**

No final do século passado, emergiu uma grande gama de pesquisas históricas que usam os cadernos escolares como objeto de estudo, na tentativa de aproximação de uma cultura escolar desenvolvida em determinada época. Esse cenário justifica-se de certo modo pela

[...] progressiva introdução, desde a metade do século XIX, dos cadernos no âmbito escolar, em substituição às folhas soltas, como o espaço

---

<sup>1</sup>Licenciado pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: wesleyferreiranery5@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: elienebarbosalima@gmail.com

gráfico adequado para conter boa parte de ditos trabalhos faz deles uma fonte de inescusável utilização [...] para o estudo do ensino, da aprendizagem e dos usos escolares da língua escrita, ou seja, da alfabetização escolar e da difusão, nesse âmbito, da cultura escrita. (VIÑAO, 2008, p. 17)

Sob essa ótica, os cadernos são colocados como documentos históricos privilegiados para a decifração do cotidiano escolar, tendo em vista que, geralmente, são utilizados, diariamente, pelos alunos como espaço de registro e realização de atividades e são constituídos na interação entre professor e aluno (GVIRTZ e LARRONDO, 2008, p. 35). Nesse sentido, “[...] o caderno escolar, um documento que, a despeito de seu caráter disciplinado e regulado, permite entrever, em ocasiões a ‘personalidade’ do aluno, além de incluir referências a si mesmo, ao seu mundo familiar e ao seu entorno social.” (VIÑAO, 2008, p. 16). Enfim, um objeto de aproximação das práticas escolares, uma vez que o caderno é constituído no ambiente da sala de aula, na interação entre professor e aluno, refletindo apropriações particulares acerca dos saberes a serem ensinados e das prescrições legais. Características que o difere, substancialmente, do livro didático, o qual é constituído fora da sala de aula e nela é introduzido sem exprimir, diretamente, intervenções e apropriações do professor em relação ao currículo oficial (VIÑAO, 2008, p. 16-17).

Nesse âmbito atual, de acordo com Viñao (2008), as pesquisas no campo da história da educação, envolvendo o uso de cadernos escolares como documentos históricos, são direcionadas por três focos, a saber: a cultura escrita, a disseminação de ideologias e valores na escola e as reformas e inovações educativas; focos estes que, na concepção desse autor, possibilitam decifrar doutrinações, crenças dos professores, conteúdos e atividades desenvolvidos, rupturas e continuidades no processo de ensino e aprendizagem, aproximações e distanciamentos do currículo oficial, dentre outros. Entretanto, Viñao (2008, p. 25) também chamou atenção para os silêncios dos cadernos escolares e do seu caráter controlado e não espontâneo, na medida em que neles não há registros de vários elementos estruturais do espaço escolar e, mais ainda, não revelam nada sobre as intervenções orais e gestuais que interferem nas práticas escolares.

Assim, nesse contexto configurado por várias possibilidades de análise de tais cadernos escolares, desencadeadas por sua crescente utilização como fontes históricas no âmbito de uma historiografia da educação, mas que pouco ou nada dizem sobre os saberes

matemáticos ensinados nos diferentes níveis escolares – primário, secundário e superior ou ainda na formação dos professores que ensinariam matemática –, nos propomos a investigar o ensino de aritmética por meio do caderno de uma normalista da Escola Normal Teodoro Sampaio, no ano de 1961. Este é o ano em que a normalista Solange Maria dos Santos iniciou sua formação como professora primária e produziu o seu caderno escolar, sob a anuência de seu professor José Nery de Mesquita, acerca do ensino de aritmética praticado nessa escola.

Dessa forma, para os propósitos deste artigo, tomamos caderno escolar em conformidade às ideias de Viñao, isto é, como “[...] um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares.” (VIÑAO, 2008, p. 17). Para tanto, em um primeiro momento, tratamos do contexto escolar em que foi produzido o caderno da normalista, fazendo uso do arquivo do Centro Educacional Teodoro Sampaio (CETS), que englobava a Escola Normal Teodoro Sampaio, e também, de uma entrevista concedida por outra normalista da Escola - a professora Maria José Vital da Silva - que também foi aluna do professor José Nery de Mesquita no período de 1956 a 1958. Tal entrevista foi tomada como mais uma fonte de análise histórica, a qual pode preencher algumas lacunas nas documentações escritas, mas não vista, assim como a própria documentação escrita, como a verdade última dos fatos. (POLLAK, 1989, 1992; BARROS, 2004). Na síntese de Barros:

A imprecisão do oral não nos deve enganar; também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam através da linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha pelo texto quando confrontamos com um outro [...]. (BARROS, 2004, p. 133)

No momento posterior, fizemos uma análise do caderno escolar, dialogando com uma literatura vigente, bem como com outros documentos da época, pertencentes ao próprio arquivo do CETS.

## **CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO CADERNO ESCOLAR**

A Escola Normal foi implantada no Brasil na primeira metade do século XIX, cuja história de seu desenvolvimento:

[...] mantém uma estreita relação com a implementação da instrução pública, mais especificamente com a instrução primária, uma vez que a criação dessas instituições tinha por fim preparar os mestres para as escolas de primeiras letras. Como é sabido, a escola pública, reinventada no mundo moderno, tem na escola normal e na escola primária seus pilares básicos. (ROCHA, 2008, p. 1)

Na Bahia, a primeira escola normal, alinhando-se à iniciativa da Província do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, foi fundada em 1836, na cidade de Salvador, mas seu funcionamento se deu efetivamente em 1842. Seu processo de consolidação, no decorrer do século XIX, envolveu problemas relacionados à falta de instalações adequadas e questões de segregação sexual, uma vez que a sociedade da época julgava imoral a educação de meninos e meninas no mesmo espaço físico e temporal. (DICK; ROCHA, 2011; LEMOS, 2011).

Paulatinamente, vencidos os problemas de consolidação da escola normal na Província da Bahia, a instauração de tais escolas, já no desenrolar do século XX, significou “Para além dos inquestionáveis benefícios à educação e cultura, a presença de uma Escola Normal, em qualquer cidade, era um importante símbolo de progresso, modernização e civilização [...]” (LEMOS, 2011, p. 11). O que parece não ter sido diferente também na cidade histórica do recôncavo baiano, Santo Amaro, que tem seus primórdios no século XVI e possuía uma grande extensão territorial, chegando a ter de 11 a 13 distritos durante o período de 1936 a 1960. Em 1955 o município era constituído por 11 distritos, eram eles: Santo Amaro (ex-Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro), Acupe, Barão de Bom Jardim (ex-Catuiçara), Buracica, Campinhos, Conceição do Jacuípe, Inhatá, Juca, Lustosa, Mata da Aliança, Rio Fundo, Saubara, Terra Boa e Traripe (BRASIL, 2016, [n.p.]). Alguns destes distritos deram origem a novos municípios no ano de 1961, dentre eles, Conceição do Jacuípe, terra natal da professora Solange Maria dos Santos e da professora Maria José Vital da Silva.

---

<sup>3</sup> Na Província do Rio de Janeiro, foi criada a primeira escola normal brasileira, em 1835. No anos seguintes além da Bahia, foram fundadas escolas normais, entre outras localidades, em Minas Gerais (também no ano de 1936), São Paulo (1846), Pernambuco e Piauí (ambas em 1864). (TANURI, 2000).

Na cidade de Santo Amaro, localizada a 78,5 km da capital Salvador, foi sancionada a autorização de funcionamento do CETS pelo Decreto Estadual nº 3.301 de 01 de fevereiro de 1954, publicado no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 1954, durante a gestão de Luís Régis Pacheco Pereira (1895-1987), que foi governador da Bahia no período de 1951 a 1955. Tal Centro foi composto pelo Ginásio Estadual Teodoro Sampaio (1º grau) e pela Escola Normal Teodoro Sampaio (2º grau) (ARQUIVO DO CENTRO EDUCACIONAL TEODORO SAMPAIO); constituindo-se assim, conforme Decreto-Lei n. 8530 de 02 janeiro de 1946, referente à Lei Orgânica do Ensino Normal, como um tipo de estabelecimento de ensino normal, na medida em que era um “[...] estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo dêsse ensino, e o ciclo ginásial do ensino secundário.” (BRASIL, 1946, [n.p.]). Além deste modelo, coexistiram o curso normal regional - destinado ao primeiro ciclo do ensino normal - e o instituto de educação, onde eram ministrados os cursos específicos da escola normal, os cursos de especialização do magistério e formação de administradores escolares de primeiro grau (BRASIL, 1946, [n.p.]).

A partir dessa conjuntura, não era incomum que jovens moradoras de distritos pertencentes ao município de Santo Amaro, tal como os casos das já mencionadas Maria José Vital da Silva e Solange Maria dos Santos, se deslocassem para esse município para dar continuidade aos seus estudos. Nas próprias palavras de Maria José Vital da Silva (2016): “Era o lugar [Santo Amaro] mais procurado pelos familiares. A escolha do local foi de minha mãe, eu aceitei [...]”. O que permiti-nos vislumbrar a cidade de Santo Amaro no cenário de expansão da educação baiana no interior.

Antes, até o governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), apesar de haver uma política de expansão e descentralização da educação, a Bahia continuava com apenas duas escolas normais no interior, localizadas nas cidades de Caetité<sup>4</sup> e Feira de Santana. Tais escolas foram criadas, respectivamente, nos anos de 1926 e 1927, durante o governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), mediante a primeira passagem de Anísio

---

<sup>4</sup> A Escola Normal de Caetité originalmente foi criada em 1896, mas extinta em 1903.

Spinola Teixeira (1900-1971) na direção da Inspetoria Geral de Instrução Pública da Bahia<sup>5</sup> (ASSIS, 2008; LIMA; FREIRE, 2016).

Ainda no governo de Régis Pacheco, permanecia o discurso de que a Bahia vivia uma estagnação econômica e social, o qual ficou conhecido como “enigma baiano”<sup>6</sup>, deixando de ser mencionado, segundo Medeiros (2009), somente na década de 1960 em decorrência do surto industrial vivenciado na Bahia, já fortemente alinhada com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), presidente do Brasil no período de 1955 a 1961 (BORGES, 2003). Contribuiu, nesse sentido, as várias ações dos governos baianos, durante a década de 1950, para a expansão da educação, vista como um dos principais mecanismos para uma reação do “enigma baiano”<sup>7</sup>, objetivando atender às novas demandas de uma sociedade urbano-industrial.

Em linhas gerais, esse foi o contexto das iniciativas implementadas no governo de Régis Pacheco, em particular, para a educação. Nesse sentido, o seu governo ganhou destaque “[...] pela implantação da hidrelétrica do Funil, para a eletrificação da zona rural, e pela criação dos fundos de saneamento e energia, primeiramente para permitir a eletrificação do estado e depois para o aproveitamento do rio Joanes no abastecimento de água para a capital.” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL [CPDOC], 2009, [n. p.]). No contexto educacional, não instalou apenas o CETS, mas “[...] também os ginásio de Vitória da Conquista, de Serrinha e de Jequié<sup>8</sup>, além de ter construído os ginásios [...], João Florêncio Gomes, em Salvador, e o Grupo Escolar Carneiro Ribeiro, em Itaparica.” (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL [CPDOC], 2009, [n. p.]).

Nos primeiros anos, o CETS, conforme as lembranças de Maria José Vital da Silva (2016), possuía “[...] um ambiente tranquilo. Na época, não havia drogas, violência, [ao contrário] havia muito respeito e consideração entre alunos, professores e funcionários.”. Em tal período, em particular, as aulas de aritmética já eram ministradas pelo professor José Nery de Mesquita, que começou a lecionar nesse centro de ensino

---

<sup>5</sup> A segunda passagem foi no Governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), já denominada de Secretaria de Educação da Bahia.

<sup>6</sup> Expressão utilizada por Otávio Mangabeira em mensagem de despedida à Assembleia Legislativa no ano de 1951. (BOMFIM, 2009; MEDEIROS, 2009).

<sup>7</sup> Neste sentido, ver: (SILVA; PINA, 2009).

<sup>8</sup> Cidades do interior baiano.

desde a sua fundação, em 1954 (ARQUIVO DO CENTRO EDUCACIONAL TEODORO SAMPAIO). Na memória de Maria José Vital da Silva (2016) ele era engenheiro civil, mas, pela ata de sua posse, foi mencionado como engenheiro agrônomo (ARQUIVO DO CENTRO EDUCACIONAL TEODORO SAMPAIO). A rotina de suas aulas, ainda segundo Maria José Vital da Silva (2016), era “Sempre a mesma. Entrava na sala, cumprimentava os alunos, ia ao quadro negro para explicar o assunto com paciência [sic] e atenção para qualquer dificuldade que os alunos tivessem.”. Assim, com esse brevíssimo universo da rotina escolar do professor José Nery de Mesquita, adentramos no caderno escolar de aritmética produzido a partir de suas aulas.

## **O CADERNO ESCOLAR DE ARITMÉTICA**

O caderno escolar de aritmética, aqui analisado, está disponível no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>9</sup> e faz parte do acervo pessoal da professora Solange Maria dos Santos, que fez o curso normal no CETS no município de Santo Amaro no período de 1961 a 1963. Neste período, conforme consta nas atas de resultados finais, o curso normal do CETS tinha duração de três anos e era composto por disciplinas direcionadas aos *saberes a ensinar* - saberes disciplinares - e aos *saberes para ensinar* - saberes que qualificam o professor para exercer a sua profissão<sup>10</sup>. Tais saberes de referência foram distribuídos em disciplinas da seguinte forma: primeiro ano: Português, Inglês, Aritmética, Física, Química, Biologia, Psicologia Educacional, Direito, Desenho e Canto Orfeônico; segundo ano: Literatura, Francês, Psicologia Educacional, Higiene, Puericultura e Educação Sanitária, Metodologia, História da Educação e Estatística e, terceiro ano: Literatura, Psicologia Geral, Prática de Ensino, Didática Especial, Puericultura, Literatura Infantil, Administração Escolar, Filosofia da Educação, Sociologia

---

<sup>9</sup> Neste repositório, há uma vasta documentação sobre os saberes matemáticos nos primeiros anos escolares, entre eles, os cadernos escolares, localizada e disponibilizada pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT). Endereço: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>

<sup>10</sup> Representam categorizações que fazem parte do universo de pesquisadores da Equipe de Pesquisa em História das Ciências da Educação (ERHISE) da Universidade de Genebra. Tais categorizações, muito recentemente, vem sendo apropriadas por Valente (2016) em suas pesquisas sobre os saberes profissionais do professor que ensina matemática.

e Desenho. Era também nesse ano, segundo Maria José Vital da Silva (2016), que se realizava o estágio. Portanto, a disciplina Aritmética só constava no primeiro ano letivo do curso normal, o que nos levou a considerar que a produção do caderno escolar da professoranda Solange Maria dos Santos ocorreu no ano de 1961.

Contudo, além da presença na disciplina Aritmética, os saberes matemáticos, conforme Maria José Vital da Silva (2016), eram estudados durante todo o processo de formação profissional dos professores no curso normal do CETS. Algo que não é possível, percebermos, explicitamente, pelas nomenclaturas das disciplinas. De outra parte, esses saberes matemáticos podem ter configurado a disciplina de Desenho, que teve todo um percurso de relações com a geometria no ensino escolar (LEME DA SILVA; VALENTE, 2013) e, ainda, as disciplinas de Metodologia, Prática de Ensino e Didática Especial, visto que tratavam dos *saberes para ensinar*, podendo ter englobado os saberes matemáticos *para ensinar*. De qualquer sorte, nesse momento, são conjecturas, na medida em que as possíveis relações dessas disciplinas com os saberes matemáticos *para ensinar* ainda precisam ser mais bem investigadas por meio da localização de outros documentos históricos e, nesse momento, elas estão além do objetivo proposto para este artigo. Contrariamente ao que aconteceu com a disciplina Aritmética, construída historicamente, vinculada ao conhecimento matemático, a qual, pela estruturação da organização das disciplinas do curso normal do CETS e dos conteúdos presentes no caderno da professora Solange Maria dos Santos, conforme veremos mais adiante, estava voltada para os saberes matemáticos *a ensinar*.

O caderno da professora Solange Maria dos Santos é um caderno brochura que está sem capa e com as folhas soltas, constando de 52 folhas. Os registros foram feitos, em sua maioria, de caneta esferográfica de tinta preta. A primeira página do caderno é iniciada com uma definição de Aritmética, a saber, “Aritmética é a ciência elementar dos números e a arte de calcular por meio de algarismos.”, tal como a definição apresentada por Trajano (1922) em seu livro. Nele, afirmou que: “Arithmetica é a sciencia elementar dos numeros e a arte de calcular por meio de algarismos.” (TRAJANO, 1922, p. 5), donde interpretamos que esse livro foi uma das referências do professor José Nery de Mesquita para ministrar a disciplina de Aritmética para os normalistas do CETS no ano de 1961.

Na sequência, aparecem os seguintes conteúdos: sistemas de numeração (decimal, na base 5, na base 6 e na base 8), operações com sistemas diferentes do decimal, operações (soma e subtração e as operações derivadas), sinais aritméticos, número relativo, números primos, números múltiplos, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, fração, conversão de frações ordinárias em decimais, dízima periódica, decimais, raiz quadrada, potenciação, quadrado da soma de dois números, radiciação, razão, proporção, regra de sociedade simples e composta, regra de três, porcentagem, juros, desconto, progressão aritmética, progressão geométrica e logaritmos. Estes conteúdos e a forma como eles estão dispostos no caderno de aritmética analisado, como foi dito anteriormente, nos possibilita associá-los aos *saberes a ensinar*. Além disso, alguns desses conteúdos, tais como, progressão aritmética, progressão geométrica e logaritmos, pareciam não condizerem aos saberes aritméticos que os futuros professores deveriam dominar para exercer a docência no ensino primário. Uma realidade que parecia estar presente já na época em que Maria José Vital da Silva foi normalista no CETS, isto é, no período de 1956 a 1958. Isto porque, Maria José Vital da Silva (2016) afirmou que as aulas de matemática não eram voltadas para a atuação no ensino primário.

Sob esse contexto, consideramos que parecia haver certa autonomia do professor José Nery de Mesquita em conduzir as suas aulas de aritmética, que pode estar relacionada ao percurso de sua formação em engenharia em um período - certamente anterior ao ano de fundação do CETS - em que eram intensos, pelo menos no contexto da Bahia, os embates por uma jurisdição profissional entre o professor que ensinava matemática e o engenheiro (DIAS, 2002). Na nossa ótica, são indícios que podem favorecer, em conformidade a Valente (2016, p.13), uma “[...] investigação sobre as relações que se estabelecem entre a matemática presente na formação dos professores e a matemática mobilizada pelos docentes em suas práticas pedagógicas.”.

Particularmente, em relação à forma como a normalista organizou a escrita de seu caderno de aritmética, chamou nossa atenção a parte em que apresenta alguns cálculos de raiz quadrada com aproximação decimal. Por exemplo, o cálculo da raiz de 5 com aproximação de 0,01, cujo resultado é 2,23, a vírgula e o três são grafados em vermelho, divergindo da sua escrita usual com caneta esferográfica preta. Assim, conjecturamos que os registros em vermelho podem ter feito parte da correção do professor ou, ainda, um

recurso utilizado pela então aluna Solange Maria dos Santos para lembrar os mecanismos de resolução. Trata-se de aspectos que podem ser mais bem esclarecidos mediante à localização de outros cadernos e/ou de outros personagens que fizeram parte deste contexto.

Por fim, mas certamente não esgotadas as possibilidades de análise do caderno, nossa atenção também foi despertada para alguns exercícios que estavam diretamente ligados à economia do município de Santo Amaro. No caderno de aritmética da professoranda Solange Maria dos Santos, há dois exercícios similares referentes ao conteúdo de regra de sociedade simples e composta sobre investimento e lucro em uma sociedade, tendo como norte o contexto de instalação de uma usina de açúcar. Em um dos exercícios é dito que: “A instalou uma usina de açúcar no dia 1º de janeiro, com cr\$<sup>11</sup> 300.000,00 admitindo na sociedade B no dia 1º de março e C no dia 1º de maio com a mesma importância, no fim obtiveram o lucro de cr\$ 30.000.000,00. Quanto coube a cada?”. A cana-de-açúcar foi a principal atividade agrícola de Santo Amaro por mais de 300 anos. De fato:

A economia do município [Santo Amaro] esteve vinculada - entre o século XVII e as primeiras décadas do século XX - à cultura da cana-de-açúcar: em 1757 existiam 61 engenhos funcionando na região. No século XIX, duas vias terrestres que interligavam o Brasil: do Maranhão (atravessando os sertões) e de Minas Gerais tinham a cidade como entroncamento, e possibilitou que funcionasse como um importante entreposto comercial e principal porto açucareiro do Recôncavo [baiano]. (BRASIL, 2014, [n.p.]).

Dessa forma, pareceu-nos que a escolha do professor José Nery de Mesquita em usar, nas suas aulas de aritmética, exemplos relacionados à cana-de-açúcar representou, na nossa ótica, uma aproximação com a realidade socioeconômica de Santo Amaro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, investigamos o ensino de aritmética por meio do caderno de uma normalista da Escola Normal Teodoro Sampaio, no ano de 1961. A partir dele,

---

<sup>11</sup> Cruzeiro (cr\$): moeda brasileira que vigorou nos períodos de 1942 a 1967, 1970 a 1986 e 1990 a 1993.

conseguimos trazer alguns elementos que, na nossa concepção, refletem a tensão entre os saberes matemáticos *a ensinar*, notadamente em relação à aritmética, que eram lecionados pelo professor em sala de aula, durante a formação dos normalistas e aqueles saberes matemáticos que os professorandos deveriam dominar para exercer a sua profissão nos primeiros anos escolares. Tal fato, permitiu-nos vislumbrar indícios de que um mecanismo importante para analisar a prática docente em sala de aula, em particular, sobre a escolha dos saberes matemáticos e suas formas de abordagens, seja o pesquisador voltar o seu olhar para o percurso de formação desse professor.

Por último, cabe-nos ainda pontuar que alguns questionamentos suscitados neste artigo, mas que estavam além do escopo do que nos propomos ou que carecem de serem bem mais investigados - tais como as relações das disciplinas do curso normal do CETS, que tratavam dos *saberes para ensinar* e os saberes matemáticos, a formação em engenharia do professor de aritmética e as aproximações e afastamentos feitos por ele, frente às legislações vigentes da época para o curso normal - parecem refletir elementos importantes para trabalhos que tenham como objetivo uma análise do ensino de matemática durante o período de existência da escola normal de Santo Amaro.

## **REFERÊNCIAS**

ARQUIVO DO CENTRO EDUCACIONAL TEODORO SAMPAIO. Santo Amaro, 1954, 1961, 1962 e 1963.

ASSIS, D. L. M. de. A expansão do ensino secundário no sul da Bahia na década de 50 e primeira metade da década de 60 do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **O ensino e a pesquisa em história da educação**, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/pdf/823.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/823.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BARROS, J. D'A. As abordagens. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 132- 179.

BOMFIM, J. D. Um novo enigma baiano? Salvador de todos os pobres. **Sitientibus**, Feira de Santana-Ba, n.41, p. 115-137, jul./dez. 2009.

BORGES, E. J. S. “**Modernidade negociada**”, cinema, autonomia política e vanguarda cultural no contexto do desenvolvimentismo baiano (1956-1964). 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530 de 02 janeiro de 1946. Dispõe sobre a organização do ensino normal. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Poder Legislativo, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=77204&norma=103938>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2016. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/b37>. Acesso em: 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/288>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Fundação Getulio Vargas. Verbete “Régis Pacheco”, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-regis-pacheco-pereira>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

DIAS, A. L. M. Da bossa das matemáticas à educação matemática: disputas por uma jurisdição profissional. **Revista História & Educação Matemática**, Rio Claro, v.2, n.2, p.191-226, jan./dez. 2002.

DICK, S. M; ROCHA, L. M. da F. Formação de professores e profissão docente na Bahia (1890-1925). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória - ES. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santos, 2011. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/res/trab\\_687.htm](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_687.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2016.

GVIRTZ, S.; LARRONDO, M. Os cadernos de classe como fonte primária de pesquisa: alcances e limites teóricos e metodológicos para sua abordagem. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). **Cadernos à vista – Escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.

LEME DA SILVA, M. C.; VALENTE, W. R. Aritmética e geometria nos anos iniciais: o passado sempre presente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.47, n.33, p.178-206, set./dez. 2013.

LEMOS, G. L. R. A escola normal na Bahia e a educação feminina. In: JORNADA DO HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NO BRASIL, 10., 2011, Vitória da Conquista. **Anais...** Campinas: HISTEDBR-FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/zRq4aLpK.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/zRq4aLpK.pdf). Acesso em: 15 jan 2017.

LIMA, E. B.; FREIRE, I. A. A. Saberes matemáticos elementares: a formação do professor das crianças sertanejas e da capital da Bahia (1925-1929). **Revista de Matemática, Ensino e Cultura** (REMATEC), Natal, ano 1, n.23, p.52-63, set./dez. 2016.

MEDEIROS, R. O programa de pesquisas sociais Estado da Bahia - Universidade de Colúmbia: o seu contexto. **Quaestio**: Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v.11, n.1, p. 89-110, maio 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=quaestio&page=article&op=view&path%5B%5D=85&path%5B%5D=85>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHA, L. M. da F. A Escola Normal na Província da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Eixo temático...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradente, 2008. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/pdf/10.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/10.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SANTOS, S. M. dos; MESQUITA, J. N. de. **Caderno de Aritmética**. Santo Amaro-BA, 1961. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/163052>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SILVA, A. A.; PINA, M. C. D. “Educar para enriquecer”: o liberal desenvolvimentismo, o projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia (1940-1970). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas-SP, n. 36, p.57-69, dez. 2009. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/36/art05\\_36.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/36/art05_36.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2012.

SILVA, M. J. V. da. **Entrevista concedida a Wesley Ferreira Nery**. Conceição do Jacuípe-BA, dez. 2016.

TANURI, L. M. A história da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, p. 61-89, maio/jun./jul./ago. 2000.

TRAJANO, A. **Arithmetica Elementa Illustrada**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1922. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105107>. Acesso em: 30 jan. 2017.

VALENTE, W. R. Relação entre a formação e a docência em Matemática: perspectivas de análise com o uso de cadernos escolares. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura** (REMATEC), Natal, ano 11, n.23, p.6-19, set./dez. 2016.

**XV Seminário Temático**

**Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990**

**Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017**

**14**

**Universidade Federal de Pelotas**

**ISSN: 2357-9889**

---

VIÑAO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). **Cadernos à vista** – Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.